

QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADO DO CRÉDITO

Filipe Ávila da Silva

MBA em Gestão Empresarial e Liderança pelo Instituto de Pós-Graduação IPOG

Gerente Empresas Business no Itaú Unibanco

Avenida Constantino Nery, 3000, Chapada. CEP 69050-000. Manaus – AM, Brasil

ORCID : <https://orcid.org/0009-0001-4315-9930>

E-mail: avila1557@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa a associação entre a qualidade das informações financeiras e o resultado das solicitações de crédito de pequenas e médias empresas (PMEs) acompanhadas profissionalmente em quatro estados da Região Norte do Brasil. Trata-se de pesquisa quantitativa, observacional, retrospectiva e analítica, com recorte transversal, baseada em dados agregados e anonimizados de julho de 2025 a junho de 2026. A amostra compreendeu 224 PMEs com faturamento anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 20 milhões, das quais 186 solicitaram crédito. Entre as solicitantes, 102 obtiveram aprovação integral, 47 aprovação parcial e 37 tiveram a solicitação negada. A qualidade da informação financeira foi classificada em completa, parcial e baixa/inadequada. O teste de qui-quadrado indicou associação significativa entre a qualidade da informação e o resultado do crédito ($\chi^2=87,48$; gl=4; $p<0,001$), com V de Cramér $\approx 0,485$. Na análise complementar, a razão de chances de aprovação para empresas com informação completa foi de 14,50 (IC95%: 5,85–35,92; $p<0,001$). Os resultados indicam associação relevante, sem demonstrar causalidade. Como contribuições, o estudo sistematiza a Capacidade de Evidenciação Financeira Empresarial (CEF) e o Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito (MPFAC).

Palavras-chave: Pequenas e médias empresas. Crédito. Informação financeira. Assimetria informacional. Gestão Financeira.

Abstract

This study analyzes the association between the quality of financial information and the outcomes of credit applications by small and medium-sized enterprises (SMEs) professionally monitored in four states of Brazil's Northern Region. It is a quantitative, observational, retrospective, and analytical study with a cross-sectional design, based on aggregated and anonymized data from July 2025 to June 2026. The sample comprised 224 SMEs with annual



Revista Paraense de Contabilidade © 2026 by Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



HISTÓRICO: Recebido em: 10/08/2026. Revisado por pares em 07/09/2026.

Aprovado em: 14/09/2026. Publicado em 15/09/2026.

Editor Responsável: Marcia Athayde Moreira.

Processo de Avaliação: Double Blind Review – OJS.

Editado em português. Versão original em português.

revenues between BRL 3 million and BRL 20 million, of which 186 applied for credit. Among the applicants, 102 obtained full approval, 47 obtained partial approval, and 37 had their applications denied. Financial information quality was classified as complete, partial, or low/inadequate. The chi-square test indicated a statistically significant association between information quality and credit outcome ($\chi^2=87.48$; $df=4$; $p<0.001$), with Cramér's $V\approx 0.485$. In the complementary analysis, the odds ratio for approval among firms with complete information was 14.50 (95% CI: 5.85–35.92; $p<0.001$). The findings indicate a relevant association but do not establish causality. As contributions, the study systematizes the Business Financial Evidence Capacity (CEF) and the Financial Preparation Model for Credit Access (MPFAC).

Keywords: Small and medium-sized enterprises. Credit. Financial information. Information asymmetry. Financial management.

1 Introdução

As pequenas e médias empresas desempenham papel relevante na atividade econômica e, ao mesmo tempo, enfrentam desafios relacionados à gestão financeira, ao planejamento e ao acesso a recursos externos. O crédito bancário pode apoiar necessidades de capital de giro, investimentos e expansão, mas sua concessão ocorre em um ambiente no qual as instituições financeiras precisam avaliar risco, capacidade de pagamento, sustentabilidade financeira e outras características do tomador.

A literatura sobre financiamento empresarial aponta que empresas menores podem enfrentar maiores restrições ao financiamento externo. Beck e Demirgüç-Kunt (2006) destacam o acesso ao financiamento como uma possível restrição ao crescimento das PMEs, enquanto Berger e Udell (1998) discutem as escolhas de financiamento das pequenas empresas a partir de seu ciclo financeiro.

Em mercados de crédito caracterizados por informação imperfeita, a qualidade e a disponibilidade das informações podem influenciar a relação entre credor e tomador. Stiglitz e Weiss (1981) demonstram como problemas de informação podem contribuir para o racionamento de crédito, enquanto Diamond (1984) enfatiza o papel dos intermediários financeiros na produção e no monitoramento das informações necessárias à relação de crédito.

No contexto das PMEs, Moro et al. (2015) encontraram evidências de que a qualidade, a quantidade, a completude e a tempestividade das informações fornecidas aos gerentes de crédito estão relacionadas ao acesso e ao volume de crédito. No Brasil, Mendes-da-Silva e Ermel (2022) também discutem a assimetria informacional no crédito comercial de PMEs, reforçando a pertinência de investigações empíricas sobre o tema.

A presente pesquisa adota uma perspectiva complementar. Em vez de depender de respostas declaradas pelos empresários, analisa informações financeiras efetivamente apresentadas no contexto profissional de análise de crédito, classificadas segundo critérios operacionais utilizados de forma uniforme na prática observada. O foco está na associação entre a qualidade dessas informações e o resultado das solicitações de crédito.

Diante desse contexto, a pergunta de pesquisa é: em que medida a qualidade das informações financeiras apresentadas por pequenas e médias empresas está associada ao resultado de suas solicitações de crédito?

Assim, o objetivo é analisar a associação entre a qualidade das informações financeiras e o resultado das solicitações de crédito de empresas enquadradas como pequenas e médias

empresas, segundo o critério institucional observado, nos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, tendo como hipótese de pesquisa que “empresas com maior qualidade e organização das informações financeiras tendem a apresentar resultados mais favoráveis nas solicitações de crédito”.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Financiamento e restrições das PMEs

O financiamento externo constitui uma dimensão relevante para o crescimento das pequenas e médias empresas. Beck e Demirgüç-Kunt (2006) mostram que restrições de financiamento podem representar um obstáculo ao crescimento de empresas menores. Berger e Udell (1998), por sua vez, propõem compreender as fontes de financiamento das pequenas empresas a partir de seu ciclo financeiro, considerando que necessidades e alternativas de capital podem se modificar conforme o estágio de desenvolvimento da empresa.

2.2 Assimetria informacional e decisão de crédito

A decisão de crédito ocorre em condições de informação imperfeita. A empresa conhece detalhes de suas operações, fluxos financeiros, compromissos e perspectivas que nem sempre estão integralmente disponíveis ao credor. Stiglitz e Weiss (1981) mostram que a informação imperfeita pode produzir mecanismos de racionamento de crédito. Diamond (1984) destaca, nesse processo, a função dos intermediários financeiros na obtenção e no monitoramento das informações necessárias à relação de crédito.

No contexto das PMEs, Moro et al. (2015) identificaram relação entre a qualidade e a completude das informações fornecidas pelas empresas e o acesso ao crédito. Esse resultado sustenta a relevância de observar a qualidade da evidenciação financeira como uma dimensão da preparação da empresa para o processo de crédito.

2.3 Gestão financeira e planejamento

A gestão financeira envolve planejamento, execução, acompanhamento e controle dos recursos da organização. Fluxo de caixa, receitas e despesas, capital de giro, endividamento, margens, projeções e demonstrações financeiras são instrumentos importantes para acompanhar a situação econômico-financeira da empresa e apoiar decisões de gestão.

No processo de crédito, a qualidade da informação não deve ser confundida com a existência isolada de um documento. As informações precisam estar organizadas de forma a permitir uma compreensão adequada da situação econômico-financeira da empresa e a dialogar com os demais elementos considerados pelo credor.

2.4 Crédito e PMEs brasileiras

Mendes-da-Silva e Ermel (2022) demonstram a pertinência de investigar empiricamente a assimetria informacional em PMEs brasileiras. A presente pesquisa amplia essa discussão ao utilizar observações profissionais agregadas e ao focalizar a qualidade da documentação financeira efetivamente apresentada no processo de crédito.

A literatura recente também indica que o acesso das PMEs ao financiamento permanece condicionado por assimetrias de informação, custos de transação e condições de crédito. A OECD (2024; 2026) acompanha essas condições em diferentes economias e destaca a importância da disponibilidade e da qualidade das informações no ambiente de financiamento das pequenas e médias empresas. Ciza et al. (2025), por sua vez, identificam relação entre a qualidade da informação contábil, o financiamento bancário e o desempenho

de PMEs, reforçando a pertinência de tratar a informação financeira como dimensão relevante da gestão empresarial.

2.5 Contexto brasileiro e regional

No Brasil, as condições de crédito para micro, pequenas e médias empresas são influenciadas por fatores relacionados à oferta e à demanda, ao risco, ao custo do crédito e às exigências institucionais. O Banco Central do Brasil acompanha essas condições por meio da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC) (Banco Central do Brasil, 2026), enquanto estudos sobre PMEs ajudam a compreender os efeitos da informação e das restrições financeiras sobre as empresas. Nesse contexto, o recorte regional da presente pesquisa permite observar uma realidade empresarial específica de quatro estados da Região Norte, sem pretensão de generalização automática para todas as PMEs brasileiras.

2.6 Lacuna e posicionamento do estudo

Na literatura mobilizada nesta pesquisa, observa-se ampla discussão sobre restrições de financiamento, assimetria informacional e qualidade das informações em pequenas empresas. Entretanto, o presente estudo adota uma perspectiva aplicada ao relacionar, em uma mesma base observacional, uma classificação institucional da qualidade das informações financeiras e o resultado efetivamente observado nas solicitações de crédito de PMEs acompanhadas profissionalmente em quatro estados da Região Norte. Esse recorte permite aproximar a discussão teórica da prática de análise de crédito, sem pretender estabelecer efeito causal ou generalização para a população de PMEs brasileiras.

3 Metodologia

3.1 Delineamento

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, observacional, descritiva e analítica, com recorte transversal retrospectivo. O estudo utiliza informações agregadas provenientes do acompanhamento profissional de pequenas e médias empresas no contexto de processos de análise de crédito.

O período de observação compreende julho de 2025 a junho de 2026. A unidade de análise é a empresa. Cada empresa realizou uma única solicitação de crédito considerada no período observado, não havendo necessidade de selecionar entre múltiplas solicitações.

3.2 Amostra e critérios de inclusão

A amostra compreendeu 224 empresas enquadradas, no contexto institucional observado, como pequenas e médias empresas. Foram incluídas todas as empresas elegíveis da carteira profissional administrada pelo pesquisador que, durante o período definido, atendiam simultaneamente aos critérios de localização e faturamento utilizados pela instituição financeira para esse enquadramento.

Foram consideradas empresas localizadas nos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, com faturamento anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 20 milhões. Esse intervalo corresponde ao critério de classificação adotado pela instituição financeira para o enquadramento das empresas como pequenas e médias empresas (PMEs). A inclusão contemplou toda a carteira elegível, sem seleção baseada na realização ou no resultado de solicitações de crédito.

Das 224 empresas, 186 realizaram solicitação de crédito no período e 38 não realizaram nova solicitação. A ausência de solicitação não foi interpretada como negativa de

crédito. Essas empresas permaneceram na caracterização da amostra, mas foram excluídas das análises que tinham como desfecho o resultado de uma solicitação.

3.3 Fonte e tratamento dos dados

As informações financeiras utilizadas no estudo foram apresentadas pelas próprias empresas no curso do relacionamento profissional. A classificação da qualidade das informações financeiras já fazia parte dos controles e processos institucionais da instituição financeira, sendo definida segundo critérios previamente estabelecidos e aplicados de forma padronizada. O pesquisador não determinava essa classificação. A sequência temporal observada foi: classificação institucional da informação financeira, solicitação e análise de crédito e, posteriormente, decisão final da instância competente.

O pesquisador atuava no acompanhamento profissional das empresas, estudando suas necessidades de crédito, coletando documentos comprobatórios, analisando os projetos e a situação econômico-financeira, realizando visitas físicas aos estabelecimentos quando pertinentes e encaminhando as propostas à área/mesa de crédito, nas quais apresentava e defendia tecnicamente as operações. O pesquisador não possuía poder de decisão final. A decisão da instituição podia divergir da recomendação apresentada, inclusive por meio de aprovação parcial ou negativa, e os resultados finais foram posteriormente identificados para fins da pesquisa.

Para fins acadêmicos, os dados são apresentados exclusivamente de forma agregada e anonimizada. Não são identificados clientes, empresas, CNPJ, contas, operações, valores individuais ou a instituição financeira. O estudo não reproduz documentos internos nem procedimentos institucionais confidenciais. A utilização acadêmica de informações originadas do contexto profissional deve permanecer condicionada às regras de confidencialidade, compliance e aos requisitos éticos e editoriais aplicáveis ao periódico escolhido.

3.4 Aspectos éticos e confidencialidade

A pesquisa foi estruturada de modo a preservar a confidencialidade das informações utilizadas. Os dados analisados são apresentados exclusivamente de forma agregada, sem identificação de empresas, pessoas, CNPJ, contas, operações individuais ou valores individualizados. O manuscrito não reproduz documentos internos nem informações que permitam identificar os participantes. Considerando que os dados são originários de sistemas e processos internos da instituição financeira, sua utilização acadêmica permanece condicionada à observância das regras de confidencialidade, compliance e aos requisitos éticos e editoriais aplicáveis, inclusive quanto à necessidade de autorização institucional, quando exigida.

3.5 Operacionalização das variáveis

A qualidade das informações financeiras foi analisada segundo a classificação institucional preexistente, composta por três categorias (tabela 1).

Neste estudo, a expressão “qualidade da informação financeira” corresponde à classificação institucional preexistente utilizada para operacionalizar a suficiência, a completude e a consistência documental no processo observado. Ela não representa uma escala contábil universalmente validada. A classificação da qualidade das informações não equivale à decisão de crédito. A análise institucional também considerava capacidade de

pagamento, endividamento, histórico de relacionamento, garantias, comportamento de pagamento, score, apontamentos cadastrais, protestos e outros fatores pertinentes.

O resultado do crédito foi definido em três categorias: (a) aprovação integral, quando o valor ou limite solicitado foi aprovado integralmente; (b) aprovação parcial, quando foi aprovado valor inferior ao solicitado; e (c) negativa, quando a solicitação não foi aprovada

Tabela 1

Critérios de classificação da qualidade das informações financeiras

Categoria	Critério institucional
Informação financeira completa	Balanço Patrimonial e DRE formalmente apresentados e identificados com o profissional contábil responsável.
Informação financeira parcial	Informações econômico-financeiras disponíveis para análise, porém sem o conjunto completo exigido para a classificação como completa; incluía, entre outras situações, balancetes, relatórios gerenciais e informações de faturamento.
Informação financeira baixa/inadequada	Ausência de documentação suficiente e/ou inconsistências relevantes, incluindo divergências entre valores declarados e faturamento, ausência de DRE ou dependência predominante do faturamento bruto como métrica financeira.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

3.6 Análise estatística

Foram calculadas frequências absolutas e relativas. Para investigar a associação entre a qualidade das informações financeiras e o resultado do crédito, foi aplicado o teste de qui-quadrado de independência à tabela de contingência 3×3. A força da associação foi estimada pelo V de Cramér.

Como algumas frequências esperadas na tabela 3×3 foram inferiores a 5, foi realizada análise complementar com agrupamento das categorias. Os resultados foram agrupados em aprovação, considerando aprovação integral ou parcial, versus negativa; a qualidade das informações foi agrupada em informação financeira completa versus não completa. Nessa configuração, utilizou-se o teste exato de Fisher e calculou-se a razão de chances (odds ratio), acompanhada de intervalo de confiança de 95%.

Os resultados inferenciais são interpretados como evidência de associação dentro da amostra e não como demonstração de causalidade. A classificação das informações financeiras não foi determinada pelo pesquisador, mas era uma classificação institucional preexistente. Ainda assim, a participação do pesquisador no acompanhamento, análise e defesa das propostas constitui característica do desenho observacional e deve ser considerada na interpretação dos achados.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Caracterização da amostra

A amostra apresenta concentração nos segmentos de comércio e serviços, que juntos representam 192 empresas, ou 85,7% da amostra. Quanto à localização, o Amazonas

concentra 51,3% das empresas, seguido por Rondônia (30,4%), Acre (9,8%) e Roraima (8,5%). Em relação ao regime tributário, predomina o Lucro Presumido, com 54,9% das empresas.

Tabela 2

Distribuição das empresas por estado

Estado	Empresas	%
Amazonas	115	51,3%
Rondônia	68	30,4%
Acre	22	9,8%
Roraima	19	8,5%
Total	224	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Tabela 3

Distribuição das empresas por setor de atividade

Setor	Empresas	%
Comércio	96	42,9%
Serviços	96	42,9%
Indústria	22	9,8%
Agronegócio	10	4,5%
Total	224	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Tabela 4

Distribuição das empresas por regime tributário

Regime tributário	Empresas	%
Simples Nacional	34	15,2%
Lucro Presumido	123	54,9%
Lucro Real	67	29,9%
Total	224	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

4.2 Solicitação e resultado do crédito

Entre as 224 empresas da amostra, 186 (83,0%) realizaram solicitação de crédito no período observado. Entre essas solicitantes, 102 (54,8%) obtiveram aprovação integral, 47 (25,3%) aprovação parcial e 37 (19,9%) tiveram a solicitação negada. As 38 empresas que não

realizaram nova solicitação foram mantidas na caracterização da amostra, mas não foram incluídas no cruzamento principal entre qualidade da informação e resultado da solicitação.

Tabela 5

Situação das empresas quanto à solicitação de crédito

Situação	Empresas	% da amostra
Solicitaram crédito	186	83,0%
Não solicitaram novo crédito	38	17,0%
Total	224	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Tabela 6

Resultado das solicitações de crédito entre as empresas solicitantes

Resultado entre solicitantes	Empresas	% das 186
Aprovação integral	102	54,8%
Aprovação parcial	47	25,3%
Negativa	37	19,9%
Total	186	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

4.3 Qualidade das informações financeiras

Entre as 186 empresas que solicitaram crédito, 122 (65,6%) apresentavam classificação institucional de informação financeira completa, 50 (26,9%) classificação parcial e 14 (7,5%) classificação baixa ou inadequada.

Tabela 7

Qualidade das informações financeiras segundo a situação de solicitação de crédito

Qualidade	Solicitaram crédito	Não solicitaram	Total	% da amostra
Completa	122	14	136	60,7%
Parcial	50	20	70	31,3%
Baixa/ inadequada	14	4	18	8,0%
Total	186	38	224	100,0%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

4.4 Relação entre qualidade das informações e resultado do crédito

A distribuição dos resultados mostra concentração das aprovações entre as empresas classificadas institucionalmente com informação financeira completa. Das 102 aprovações integrais, 87 (85,3%) ocorreram em empresas dessa categoria. Entre as 47 aprovações parciais, 28 (59,6%) apresentavam informação completa. Entre as 37 negativas, 7 (18,9%) apresentavam informação completa, 16 (43,2%) apresentavam informação parcial e 14 (37,8%) estavam na categoria baixa ou inadequada.

Tabela 8

Resultado do crédito segundo a qualidade das informações financeiras

Resultado	Completa	Parcial	Baixa/ inadequada	Total
Aprovação integral	87	15	0	102
Aprovação parcial	28	19	0	47
Negativa	7	16	14	37
Total	122	50	14	186

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Considerando a aprovação integral ou parcial como resultado favorável, 115 das 122 empresas com informação financeira completa tiveram aprovação (94,3%). Entre as 64 empresas sem informação financeira completa, 34 tiveram aprovação (53,1%) e 30 tiveram negativa (46,9%).

Tabela 9

Aprovação segundo informação financeira completa ou não completa

Grupo	Aprovadas	Negadas	Total
Completa	115	7	122
Não completa	34	30	64
Total	149	37	186

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

4.5 Teste de associação

O teste de qui-quadrado de independência indicou associação estatisticamente significativa entre a qualidade das informações financeiras e o resultado do crédito ($\chi^2=87,48$; gl=4; $p<0,001$). O V de Cramér foi de aproximadamente 0,485, indicando associação de magnitude relevante na amostra.

Como algumas frequências esperadas na tabela 3x3 foram inferiores a 5, a análise complementar utilizou o agrupamento das categorias. No contraste entre aprovação, integral ou parcial, e negativa, e entre informação financeira completa e não completa, o teste exato de Fisher apresentou $p<0,001$. A razão de chances foi de aproximadamente 14,50 (IC95%:

5,85–35,92), indicando que, na amostra, as empresas com informação financeira completa apresentaram odds de aprovação cerca de 14,5 vezes maiores do que as empresas sem informação financeira completa.

Esse resultado deve ser interpretado com cautela. A razão de chances expressa uma associação entre as variáveis analisadas e não representa, por si só, um efeito causal. A decisão de crédito é multidimensional e envolve fatores que não foram isolados pelo desenho observacional.

4.6 Discussão dos resultados

Os resultados encontrados são compatíveis com a literatura sobre assimetria informacional e crédito. A elevada proporção de aprovações entre empresas com informação financeira completa é coerente com a ideia de que informações mais estruturadas podem reduzir incertezas na relação entre credor e tomador. Stiglitz e Weiss (1981) fornecem a fundamentação teórica para compreender o papel da informação imperfeita no racionamento de crédito, enquanto Diamond (1984) destaca a produção e o monitoramento de informações pelos intermediários financeiros.

A evidência também dialoga com Moro et al. (2015), que identificaram relação entre qualidade e completude das informações fornecidas pelas PMEs e acesso ao crédito. A presente pesquisa não busca reproduzir o desenho desses estudos. Sua contribuição está em observar, de forma agregada, uma classificação institucional da qualidade da documentação financeira dentro de um conjunto completo de empresas elegíveis de uma carteira profissional.

No contexto brasileiro, Mendes-da-Silva e Ermel (2022) reforçam a relevância empírica da assimetria informacional em PMEs. Os resultados aqui observados sugerem que a capacidade da empresa de apresentar informações financeiras estruturadas pode constituir uma dimensão relevante de sua preparação para o processo de crédito.

Ainda assim, a associação encontrada não deve ser confundida com causalidade. Uma empresa com documentação completa pode também apresentar melhor organização gerencial, maior capacidade de pagamento, menor risco, melhor histórico de relacionamento ou outras características favoráveis. Além disso, embora o pesquisador conhecesse a classificação institucional e participasse da análise e defesa das propostas, a decisão final podia contrariar sua recomendação e era tomada por instância competente considerando múltiplos elementos.

A ausência de nova solicitação de crédito também merece destaque. As 38 empresas que não solicitaram novo crédito permaneceram fora do denominador das análises de aprovação e negativa. Essa decisão metodológica evita classificar como falta de acesso ao crédito situações em que a empresa não possuía necessidade de novo recurso, não realizou nova solicitação ou já dispunha de linhas aprovadas.

O recorte regional exige cautela na interpretação. Embora o estudo esteja inserido no contexto da Região Norte, a amostra foi limitada aos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, correspondentes à área de atuação profissional do pesquisador. Dessa forma, os resultados não devem ser generalizados automaticamente para todas as PMEs brasileiras ou para todos os estados da Região Norte.

A hipótese H1 encontra suporte empírico na associação observada na amostra, com significância estatística no teste de qui-quadrado e resultado consistente na análise

complementar. Entretanto, esse suporte não deve ser interpretado como prova de que a qualidade das informações, isoladamente, determina a aprovação do crédito.

4.7 Capacidade de Evidenciação Financeira Empresarial — CEF

Como contribuição conceitual, o estudo sistematiza a Capacidade de Evidenciação Financeira Empresarial (CEF), entendida como a capacidade da empresa de organizar, interpretar, estruturar e apresentar suas informações financeiras de maneira consistente e compreensível, de modo a apoiar tanto a gestão interna quanto os processos de análise de crédito. A CEF resulta da formalização acadêmica de uma ideia desenvolvida no contexto da prática profissional observada.

A CEF é apresentada como uma proposição conceitual sistematizada neste estudo e não como conceito consolidado na literatura. Sua finalidade é oferecer uma lente para futuras investigações sobre preparação financeira, assimetria informacional e acesso ao crédito.

4.8 Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito — MPFAC

A partir da literatura e da experiência observacional analisada, sistematiza-se o Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito (MPFAC), organizado em cinco etapas:

Tabela 10

Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito (MPFAC)

Etapas	Foco
1. CONTROLAR	Fluxo de caixa; receitas e despesas; endividamento; capital de giro.
2. PLANEJAR	Projeções; cenários; necessidades futuras; capacidade de pagamento.
3. ORGANIZAR	Demonstrações financeiras; documentos; indicadores; histórico.
4. EVIDENCIAR	Transformar dados financeiros em informações claras, consistentes e estruturadas.
5. PREPARAR-SE PARA O CRÉDITO	Apresentar informações completas e coerentes para a análise institucional.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O MPFAC é apresentado como contribuição gerencial decorrente da sistematização acadêmica de uma estrutura já presente na experiência profissional observada e como proposição para investigação futura. O modelo não constitui instrumento de aprovação de crédito e não substitui os critérios próprios de uma instituição financeira.

4.9 Contribuições do estudo

A principal contribuição empírica do estudo consiste em apresentar evidência quantitativa, em contexto profissional real, de que a qualidade da informação financeira está associada ao resultado das solicitações de crédito de PMEs. A análise parte de 224 empresas enquadradas como PMEs segundo o critério institucional observado e concentrou-se nas 186 que efetivamente solicitaram crédito. Entre as empresas com informação financeira completa, 94,3% obtiveram aprovação integral ou parcial, enquanto, entre aquelas sem informação completa, a proporção de aprovação foi de 53,1%. A associação foi estatisticamente significativa ($\chi^2=87,48$; $p<0,001$), com V de Cramér $\approx 0,485$, e a análise complementar indicou odds de aprovação aproximadamente 14,5 vezes maiores para empresas com informação financeira completa (IC95%: 5,85–35,92; $p<0,001$). A contribuição não está apenas na descrição dessas frequências, mas na demonstração de que, no contexto observado, a qualidade da informação constitui uma dimensão empiricamente associada ao desfecho do processo de crédito, sem que isso implique causalidade.

A contribuição teórico-conceitual está na formalização da Capacidade de Evidenciação Financeira Empresarial (CEF) como uma lente para compreender a preparação da PME para o crédito. A CEF desloca a discussão da simples existência de documentos para a capacidade organizacional de produzir, organizar, interpretar, estruturar e apresentar informações financeiras consistentes e compreensíveis. Dessa forma, o conceito articula três dimensões que aparecem de maneira integrada no estudo: qualidade da informação, redução da assimetria informacional e preparação para a relação de crédito. A CEF resulta da sistematização acadêmica de uma ideia desenvolvida na experiência profissional observada e, portanto, é apresentada como proposição conceitual a ser testada e aperfeiçoada por pesquisas futuras, e não como constructo previamente validado.

Do ponto de vista metodológico, o estudo contribui ao analisar a relação entre uma classificação institucional da qualidade das informações financeiras, previamente existente no processo observado, e o resultado final das solicitações de crédito. A classificação não foi criada pelo pesquisador para produzir os resultados e a decisão final não estava sob sua alçada, permitindo distinguir a variável de interesse do desfecho efetivamente produzido pela instância institucional de crédito. Além disso, a análise considera somente empresas que efetivamente realizaram solicitação no período, evitando interpretar a ausência de uma nova demanda como negativa de crédito. Esse desenho aproxima a pesquisa das condições concretas em que as decisões ocorrem, embora seus resultados permaneçam restritos à associação observada e às características da amostra.

A contribuição gerencial materializa-se no Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito (MPFAC), estruturado em cinco etapas sequenciais: controlar, planejar, organizar, evidenciar e preparar-se para o crédito. O modelo transforma o principal achado empírico em uma lógica de preparação anterior à solicitação: primeiro, a empresa deve conhecer e controlar seus fluxos, receitas, despesas, endividamento e capital de giro; em seguida, planejar cenários, necessidades e capacidade de pagamento; organizar

demonstrações, documentos, indicadores e histórico; evidenciar essas informações de forma clara e consistente; e, por fim, apresentar um conjunto coerente de informações para a análise institucional. Assim, o MPFAC não propõe uma fórmula de aprovação, mas um processo gerencial destinado a elevar a qualidade da preparação financeira e reduzir deficiências informacionais antes da submissão de uma operação de crédito.

4.10 Limitações do estudo

A primeira limitação decorre da origem profissional dos dados e da participação do pesquisador no acompanhamento das empresas, na análise das necessidades, na coleta documental e na recomendação/defesa das operações. Embora o pesquisador não determinasse a classificação institucional da qualidade das informações nem a decisão final de crédito, seu conhecimento da classificação e sua participação no processo constituem características que podem introduzir viés observacional e devem ser consideradas na interpretação dos achados.

A segunda limitação é a natureza não probabilística da amostra. As 224 empresas correspondem às empresas acompanhadas pelo pesquisador que atendiam aos critérios definidos e, portanto, não constituem uma amostra probabilística de todas as PMEs da Região Norte. Dessa forma, os resultados não devem ser generalizados automaticamente para outras populações.

A terceira limitação refere-se à natureza da classificação institucional da qualidade das informações. Embora baseada em critérios formais previamente estabelecidos e aplicados de maneira padronizada pela instituição financeira, a classificação em completa, parcial e baixa ou inadequada não constitui uma escala de mensuração acadêmica previamente validada. Pesquisas futuras poderão desenvolver e validar instrumentos independentes para mensurar a capacidade de evidenciação financeira.

A quarta limitação decorre da ausência de algumas variáveis potencialmente relevantes no modelo estatístico, tais como score, garantias, endividamento, capacidade de pagamento e outras características consideradas na análise institucional. Portanto, a associação observada não deve ser interpretada como efeito independente da qualidade da informação.

Por fim, embora os resultados sejam apresentados de forma agregada e anonimizada, a utilização de dados originados de sistemas e processos internos da instituição financeira deve observar as regras de confidencialidade, compliance e os requisitos éticos e editoriais aplicáveis. Eventuais exigências de autorização institucional para uso acadêmico devem ser atendidas antes da divulgação do estudo.

5 Conclusão

Este estudo analisou a associação entre a qualidade das informações financeiras e o resultado das solicitações de crédito em 224 empresas enquadradas como PMEs segundo o critério institucional observado, localizadas nos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e

Roraima. A análise concentrou-se nas 186 empresas que realizaram solicitações de crédito entre julho de 2025 e junho de 2026.

Os resultados mostram que 102 solicitações foram aprovadas integralmente, 47 parcialmente e 37 foram negadas. Entre as empresas solicitantes, 122 apresentavam informação financeira completa, 50 informações financeira parcial e 14 informação financeira baixa ou inadequada.

A análise estatística identificou associação significativa entre a qualidade das informações financeiras e o resultado do crédito ($\chi^2=87,48$; $p<0,001$; V de Cramér $\approx 0,485$). Na análise complementar, as empresas com informação financeira completa apresentaram odds aproximadamente 14,5 vezes maiores de aprovação do que as empresas sem informação financeira completa (IC95%: 5,85–35,92; teste exato de Fisher, $p<0,001$).

Esses resultados sustentam a interpretação de que a qualidade da informação financeira constitui uma dimensão relevante da preparação das PMEs para processos de crédito, sem permitir concluir que essa característica, isoladamente, determine a decisão institucional.

Como contribuição, o estudo sistematiza a Capacidade de Evidenciação Financeira Empresarial (CEF) e o Modelo de Preparação Financeira para Acesso ao Crédito (MPFAC), formalizando academicamente estruturas derivadas da experiência profissional observada. A principal implicação gerencial é que a preparação para o crédito deve começar antes da solicitação, com organização, planejamento, consistência e capacidade de evidenciar a realidade financeira da empresa.

Pesquisas futuras poderão ampliar a amostra, incluir outras regiões, utilizar dados longitudinais e incorporar variáveis de risco e capacidade de pagamento em modelos multivariados, permitindo testar a robustez da associação encontrada e avaliar a contribuição independente da qualidade da informação financeira para os resultados de crédito.

6 Referências

- Banco Central do Brasil. (2026). Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC). <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ptc/cronologicos>
- Beck, T., & Demirgüç-Kunt, A. (2006). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking & Finance*, 30(11), 2931–2943. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2006.05.009>
- Berger, A. N., & Udell, G. F. (1998). The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle. *Journal of Banking & Finance*, 22(6–8), 613–673. [https://doi.org/10.1016/S03784266\(98\)00038-7](https://doi.org/10.1016/S03784266(98)00038-7)
- Ciza, T. B., Kamdjoug, J. R. K., Biga-Diambeidou, M., Tchokote, I. D., & Kibekenge, G. B. (2025). Quality of accounting information and SMEs' financial performance: The mediating role of bank and informal financing. *Research in International Business and Finance*, 75, 102763. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2025.102763>
- Diamond, D. W. (1984). Financial intermediation and delegated monitoring. *The Review of Economic Studies*, 51(3), 393–414. <https://doi.org/10.2307/2297430>
- Mendes-da-Silva, W., & Ermel, M. D. A. (2022). Gestão de crédito comercial e assimetria da informação em pequenas e médias empresas em um mercado emergente. *Revista*

Brasileira de Gestão de Negócios, 24(4), 739–754.

<https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4201>

Moro, A., Fink, M., & Maresch, D. (2015). Reduction in information asymmetry and credit access for small and medium sized enterprises. *Journal of Financial Research*, 38(1), 121–143. <https://doi.org/10.1111/jfir.12054>

OECD. (2024). Financing SMEs and Entrepreneurs 2024: An OECD Scoreboard. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/fa521246-en>

OECD. (2026). Financing SMEs and Entrepreneurs 2026: An OECD Scoreboard. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/075d8058-en>

Stiglitz, J. E., & Weiss, A. (1981). Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, 71(3), 393–410.